PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO E À XENOFOBIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLA

ÉRICA FERREIRA DA SILVA

RESUMO
O presente artigo analisa a implementação da educação antirracista no contexto escolar, considerando as diretrizes legais, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Fundamenta-se nas Leis nº 7.716/1989 e nº 10.639/2003, que orientam o combate ao racismo e a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A pesquisa utiliza referenciais documentos oficiais, como o Currículo da Cidade de São Paulo e o Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia, além de contribuições teóricas e entrevista com coordenador pedagógico. Evidencia-se que, apesar dos avanços legais, o racismo ainda se manifesta de forma estrutural e cotidiana, exigindo ações contínuas no ambiente escolar. Destacam-se estratégias como a inserção da temática étnico-racial no currículo, o uso de materiais didáticos representativos, a formação continuada de professores e o desenvolvimento de práticas que valorizem a identidade e o pertencimento dos estudantes. Entre os desafios, apontam-se resistências culturais, lacunas formativas e a abordagem pontual do tema. Conclui-se que a escola desempenha papel fundamental na promoção da equidade racial e na formação de sujeitos críticos, sendo necessária a consolidação de práticas antirracistas permanentes, articuladas e coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista. Racismo. Prática pedagógica. Diversidade cultural. Equidade racial.

ABSTRACT
This article analyzes the implementation of anti-racist education in the school context, considering legal guidelines, the Political-Pedagogical Project (PPP), and the pedagogical practices developed. It is based on Brazilian laws nº 7.716/1989 and nº 10.639/2003, which guide the fight against racism and mandate the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture. The study draws on official documents, such as the São Paulo City Curriculum and the Protocol for the Prevention and Confrontation of Racism and Xenophobia in Education, as well as theoretical references and an interview with a pedagogical coordinator. The findings show that, despite legal advances, racism still manifests itself structurally and in everyday school life, requiring continuous and effective actions. Strategies such as integrating ethnic-racial themes into the curriculum, using representative teaching materials, promoting teacher training, and developing practices that strengthen students' identity and sense of belonging are highlighted. Challenges include cultural resistance, gaps in teacher education, and the tendency to address the topic only occasionally. The study concludes that schools play a fundamental role in promoting racial equity and fostering critical citizens, making it essential to consolidate ongoing, collective, and structured anti-racist practices.

KEYWORDS: Anti-racist education. Racism. Pedagogical practices. Cultural diversity. Racial equity.

INTRODUÇÃO

O presente artigo fala um pouco sobre como deve ser a abordagem das leis que norteiam a conduta da escola no trabalho de conscientização e combate ao racismo, tanto no contexto escolar quanto fora dele. Destacam-se, nesse sentido, a Lei nº 7.716/1989, que criminaliza a prática do racismo na sociedade brasileira, e a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. Tais dispositivos legais representam importantes avanços no enfrentamento das desigualdades raciais e na promoção de uma educação mais inclusiva. No entanto, mesmo com a existência dessas legislações, o racismo ainda se faz presente na sociedade brasileira e, consequentemente, no ambiente escolar, manifestando-se de diferentes formas, muitas vezes de maneira velada e naturalizada.

Iremos conhecer um pouco sobre o tema através da análise de documentos como

o Currículo da Cidade de São Paulo: Educação Antirracista, além de pesquisas de campo em escola pública, e de algumas entrevistas e análises teóricas de autores como Kabengele Munanga e Djamila Ribeiro, que discutem o racismo em suas dimensões individual, estrutural e religiosa. Esses referenciais contribuem para a compreensão do racismo como um fenômeno histórico e social complexo, que ultrapassa atitudes individuais e se manifesta nas estruturas sociais, nas instituições e nas relações cotidianas. Além disso, com a expansão das mídias sociais digitais, observa-se que o racismo tem se intensificado na vida de crianças e jovens, ampliando os desafios enfrentados pela escola no processo de formação crítica e cidadã.

O estudo também promove reflexões acerca dos desafios enfrentados pelos educadores ao abordarem temáticas relacionadas à cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar. Muitas vezes, essas temáticas são alvo de preconceitos, resistências e até demonização, especialmente quando envolvem aspectos culturais e religiosos. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com o combate a estereótipos historicamente construídos.

A pesquisa destaca, ainda, a importância de que a prática antirracista esteja efetivamente inserida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, não como uma ação pontual, mas como um eixo estruturante das práticas educativas. Dessa forma, é fundamental que as ações e atividades relacionadas à educação antirracista sejam desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo, e não apenas em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Nesse contexto, ressalta-se também a necessidade da utilização de materiais pedagógicos de qualidade, que

fobia na Educação apresenta, em sua introdução, um panorama das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), especialmente a partir da Portaria nº 4.902, de 28 de julho de 2025, que instituiu o Grupo de Trabalho para a Diversidade Étnico-Racial.

Desde a criação desse grupo, medidas significativas vêm sendo implementadas com o objetivo de promover políticas públicas voltadas à educação antirracista no ambiente escolar. Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NEER), vinculado à Divisão de Currículo da Coordenadoria Pedagógica (COPED). O NEER atua em parceria com as treze Diretorias Regionais de Educação, buscando fortalecer a implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, com vistas à valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

Além disso, diversos documentos orientadores subsidiam o trabalho dos profissionais da educação no combate ao racismo e na promoção da igualdade étnico-racial, como os materiais voltados aos povos migrantes (2021), aos povos indígenas (2019) e à educação antirracista (2022). Paralelamente, são ofertados cursos formativos, tanto obrigatórios quanto optativos, voltados à temática, os quais também são discutidos em momentos formativos nas unidades escolares, como a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) e o Projeto Especial de Ação (PEA).

O protocolo também enfatiza a importância da sistematização de dados relacionados a práticas de racismo e xenofobia, uma vez que o registro e a institucionalização dessas informações contribuem para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento de ações de conscientização na sociedade. Nesse contexto, o documento problematiza a forma como diferentes povos migrantes são recebidos, evidenciando a persistência de uma lógica eurocêntrica que, muitas vezes, marginaliza migrantes africanos e sul-americanos.

A Lei nº 7.716/1989 define como racismo qualquer prática discriminatória que atente contra os direitos fundamentais de uma pessoa ou grupo em razão de sua raça, cor, religião ou origem (BRASIL, 1989). Já a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio no Brasil (BRASIL, 2003). Entretanto, apesar desses avanços legais, ainda são frequentes, na sociedade brasileira, práticas de racismo institucional, estrutural, cultural, individual e internalizado.

Nesse contexto, a escola, enquanto espaço de formação cidadã, deve atuar de forma ativa na elaboração de estratégias que promovam o debate sobre o racismo, suas implicações e as razões pelas quais, mesmo sendo criminalizado, continua presente na sociedade.

De acordo com Porfírio (2020), o racismo foi historicamente construído como forma de justificar as injustiças do processo de escravização, possibilitando a exploração das riquezas do território brasileiro pelos colonizadores portugueses. A partir de aproximadamente 1540, africanos escravizados começaram a ser trazidos ao Brasil, sustentando um sistema baseado na lógica da superioridade racial europeia.

Segundo Munanga (2005), mesmo após a abolição da escravatura, o Brasil ainda enfrenta profundas desigualdades sociais decorrentes do racismo em diversas esferas. Com o objetivo de combater essa herança histórica, a Prefeitura de São Paulo elaborou o documento Currículo da Cidade: Educação Antirracista – Orientações Pedagógicas (SÃO PAULO, 2021).

Conforme discutido na videoteca da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no curso Por uma Educação Antirracista, o racismo pode ser compreendido como um sistema de hierarquização social baseado na ideia de raça, no qual pessoas não brancas são historicamente colocadas em posições de inferioridade (SMESP, 2023). O racismo não se limita a atitudes individuais, mas manifesta-se também de forma estrutural, atingindo sujeitos em diferentes esferas sociais.

No Brasil, embora aproximadamente 54% da população se autodeclare preta ou parda, observa-se que os espaços de poder são ocupados majoritariamente por pessoas brancas (IBGE, 2022).

Situações cotidianas também revelam esse fenômeno. A diretora Elenice, atuante na região de São Mateus, relata que frequentemente não é reconhecida em

sua função de liderança, evidenciando o racismo estrutural (SMESP, 2023).
De acordo com Oliveira (2021), crianças negras que choravam na entrada da escola muitas vezes não recebiam acolhimento imediato, ao contrário de crianças brancas, o que demonstra práticas discriminatórias naturalizadas no cotidiano escolar.
Cardoso (2010) destaca que a branquitude se constitui como um lugar de privilégios, uma vez que pessoas brancas não vivenciam diretamente os impactos do racismo. Isso pode gerar resistência a políticas de equidade e reforçar discursos como a meritocracia.
Segundo o IBGE divulgada pelo portal g1, o número de pessoas autodeclaras negras e pardas que completaram o ensino superior subiu de 2,1% no ano de 2000, para 11,7% no ano de 2022. É um dado importante quando se pensa na porcentagem, e os avanços se dão muito em função das políticas públicas de reparação histórica como as cotas raciais, bolsas de estudo, e as políticas relacionadas ao programa bolsa família que faz com que populações de baixa renda majoritariamente negras possam ter maior acesso e permanência a escola.
Porém, quando comparada a população branca autodeclarada esse número ainda não atingiu um patamar de equidade. O número foi de 9,9% de graduados para 25,8% no mesmo período, mostrando que houve um aumento da escolarização geral do país, e a população branca ainda tem mais acesso a escolarização e a cargos de poder.
Diante desse cenário, o papel do educador é fundamental na construção coletiva do conhecimento, promovendo o rompimento de crenças de supremacia racial e valorizando a diversidade cultural. Pois o racismo, além de todas as desigualdades presentes da sociedade também pode ser determinante para a permanência dos alunos na escola.
Ainda em reportagem do g1 o racismo realizado dentro do ambiente escolar, causa diversos efeitos negativos para os alunos, como baixo desempenho escolar, evasão, baixo autoestima, violência, depressão e até casos de suicídio.
A videoteca também apresenta a experiência do coordenador pedagógico Robson Gonsales da Silva, da EMEF Presidente Campos Salles, que desenvolveu uma prática pedagógica voltada à construção do pertencimento. Conforme relato, os estudantes ampliaram sua compreensão sobre a cultura africana por meio da oralidade, da música e das brincadeiras, reconhecendo suas contribuições para a sociedade brasileira (SMESP, 2023).

RACISMO RELIGIOSO

Além da tentativa de branqueamento da sociedade, os colonizadores trouxeram sua crença, e obrigaram nativos e povos escravizados a seguir a doutrina cristã. Hoje, quando vemos um vasto número de religiões e um estado "laico", temos que pensar que esse direito foi feito fruto de muita luta e resistência por meio das populações afrodescendentes.
Uma reportagem publicada no portal Terra chama atenção quando traz segundo o autor um número alarmante de aumento de 45% de denúncias por intolerância religiosa, e o alvo principal são as religiões de matriz africana.
Conforme discutido no Currículo da Cidade, muitos professores ainda se sentem desconfortáveis em abordar temas relacionados à cultura afro-brasileira, especialmente no que se refere às religiões de matriz africana, devido à intolerância religiosa (RIBEIRO, 2017).
Destaca-se, nesse contexto, o conceito de racismo religioso, entendido como a criminalização de religiosidades não cristãs. Vieira (2019) aponta que professores que tentam implementar essas abordagens frequentemente enfrentam resistência por parte de alunos, colegas e familiares.
É importante salientar que os alunos têm o direito de conhecer sobre a cultura africana e elementos dessa cultura tão rica. E isso nada tem a ver com culto ou seguir a crença, mas sim conhecer de forma cultural e promover o respeito.
É fundamental que o trabalho com a cultura africana ocorra de forma contínua no cotidiano escolar, e não apenas em datas comemorativas.
Pesquisas indicam que estudantes presenciam frequentemente manifestações de preconceito nas redes sociais, especialmente relacionadas à raça e à aparência (PAULO; CASTANHA; CASARIN, 2020).
Em pesquisa de campo realizada em 2018, constatou-se que a ausência de referências da cultura negra impacta negativamente a construção da identidade

dos alunos (FERREIRA et al., 2018).
Desde 2024, na EMEF Henrique Felipe da Costa, observa-se uma experiência positiva no trabalho com as temáticas raciais. A prática antirracista está inserida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, evidenciando o compromisso institucional com o fim do racismo. A unidade conta com acervo literário significativo e apoio da gestão escolar, favorecendo o pertencimento e a valorização da identidade dos alunos.

ENTREVISTA
A seguir, apresenta-se a entrevista realizada com o coordenador pedagógico Edson Carlos de Almeida Marcelino, atuante no Ensino Fundamental I, no período da tarde, com o objetivo de compreender como a prática antirracista está inserida no contexto escolar e suas implicações no cotidiano pedagógico.
Pergunta 1 – Como a prática antirracista está contemplada no PPP e como orienta as ações pedagógicas?
A prática antirracista está explicitamente contemplada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) como um dos princípios estruturantes da ação educativa, articulada à Educação Integral e à Educação Inclusiva. O documento estabelece que a escola deve se constituir como um espaço de desconstrução do racismo, por meio da revisão curricular, da valorização da história e cultura afro-brasileira e do combate a estereótipos.
Nesse sentido, o PPP não trata a educação antirracista como uma ação pontual, mas como um eixo transversal que orienta a seleção de conteúdos curriculares, a organização das práticas pedagógicas e a postura docente no cotidiano escolar.
Pergunta 2 – Quais estratégias e atividades são desenvolvidas?
As estratégias pedagógicas estão alinhadas às orientações do Currículo da Cidade, que propõe a articulação entre teoria e prática no cotidiano escolar. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana em diferentes componentes curriculares, conforme a Lei nº 10.639/2003; o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, como leituraço, projetos autorais e sequências didáticas; a utilização de literatura com protagonismo negro, ampliando o repertório cultural dos estudantes; a promoção de debates sobre identidade, pertencimento, preconceito e diversidade; a formação continuada de professores voltada à reflexão sobre práticas pedagógicas e relações étnico-raciais; e a revisão de materiais didáticos, com o objetivo de garantir maior representatividade.
Pergunta 3 – Quais avanços já foram percebidos?
A implementação de práticas antirracistas tem gerado avanços significativos na comunidade escolar. Observa-se maior consciência crítica dos estudantes em relação às questões raciais e sociais, bem como a redução de comportamentos discriminatórios e maior capacidade de identificação de situações de racismo. Destaca-se, ainda, o fortalecimento da autoestima e da identidade de estudantes negros, a ampliação do respeito à diversidade cultural e o envolvimento mais ativo da equipe escolar na construção de práticas inclusivas.
Pergunta 4 – Quais são as principais dificuldades ou desafios?
Apesar dos avanços, a efetivação de uma prática pedagógica antirracista ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação continuada mais aprofundada para todos os profissionais da educação, as resistências culturais e a naturalização de práticas racistas no cotidiano escolar, a dificuldade em superar abordagens pontuais — especialmente aquelas restritas ao mês de novembro —, a carência de materiais didáticos adequados ou plenamente alinhados à perspectiva antirracista e a necessidade de maior articulação entre os referenciais teóricos e a prática pedagógica.
Pergunta 5 – Como está sendo a implementação do protocolo de prevenção ao racismo e à xenofobia e quais seus impactos iniciais?
A implementação do protocolo tem ocorrido como um desdobramento das diretrizes já presentes no PPP e no Currículo da Cidade, contribuindo para o fortalecimento da institucionalização das ações antirracistas. Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se a socialização do protocolo com toda a equipe escolar, a orientação sobre fluxos de encaminhamento em casos de racismo e xenofobia, o registro e acompanhamento sistemático das ocorrências, o envolvimento da gestão escolar na mediação e

resolução de conflitos e a realização de ações formativas voltadas à prevenção e sensibilização da comunidade escolar. Os impactos iniciais observados incluem maior segurança institucional para lidar com situações de discriminação, redução da invisibilização de casos de racismo, ampliação do diálogo com estudantes e famílias e a consolidação de uma cultura escolar pautada no respeito e na equidade.

FLUXOGRAMA

O Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação (SÃO PAULO, 2023), com orientações sobre acolhimento, encaminhamentos e monitoramento, tem tudo para ser mais um dos documentos que auxiliem os educadores e toda gestão no combate ao racismo.

Conheceremos o fluxograma de como deve ser feito o acolhimento a vítima e a tratativa da ocorrência, a ser realizado no caso de práticas racistas e xenofóbicas no ambiente escolar.

A primeira coisa a se fazer é o acolhimento da escola ao aluno, e convocação dos responsáveis no caso dos alunos com menos de 18 anos. Já nas situações em que a vítima for maior de idade, o acolhimento pode ser feito sem a presença dos pais, salvo quando houver necessidade de acompanhamento familiar. O importante é que em todos os casos, o acolhimento deve ser assegurado.

Quando a vítima for um servidor, além do acolhimento, o caso pode ser encaminhado ao Comitê Antirracista da Diretoria Regional de Educação (DRE), responsável por acompanhar os desdobramentos. Esse comitê deve ser instituído tanto nas Diretorias Regionais quanto na própria Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de fortalecer as ações de combate ao racismo e à xenofobia.

O documento também destaca a relevância da notificação dos casos, contribuindo para o mapeamento das ocorrências e para a elaboração de estratégias mais eficazes de enfrentamento.

Já em relação aos alunos agressores, a escola deve contatar a família, fazer o registro da conversa, explicar quais medidas serão tomadas, acionar os órgãos responsáveis, realizar o registro da ocorrência no SGP. Nos casos em que as práticas permanecerem, deve ser feito o registro junto ao comitê antirracista.

PRÁTICAS

No âmbito das práticas pedagógicas, as práticas do professor são fundamental na promoção da equidade entre a diversidade étnico-racial. Destaco uma atividade desenvolvida com turmas do 1º ano do Ensino Fundamental, alinhada ao Currículo da Cidade e às orientações da educação antirracista. A proposta consistiu na utilização de desenhos auto representativos, com o uso de lápis de cor em diferentes tons de pele. As crianças foram incentivadas a observar suas características no espelho e a escolher cores que representassem sua identidade, em um ambiente enriquecido com obras da literatura negra, como Meu Crespo é de Rainha, Amoras, O Mundo no Black Power de Tayó e O Cabelo de Lelê, além da ambientação com músicas africanas. Durante a socialização das produções, observou-se a valorização da diversidade e o fortalecimento da identidade das crianças, especialmente das crianças negras, que se reconheceram nas representações e expressaram identificação com figuras positivas apresentadas. Outra atividade significativa foi a confecção da boneca Abayomi, possibilitando o contato com aspectos históricos e culturais relacionados à resistência e à afetividade no contexto da população negra.

Dessa forma, evidencia-se que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas, aliadas a políticas institucionais consistentes, contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, equitativo e comprometido com a valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises teóricas, dos documentos oficiais e da entrevista realizada com o coordenador pedagógico, foi possível compreender que a escola pública tem avançado de maneira significativa no que se refere à prevenção e ao enfrentamento do racismo em suas múltiplas dimensões. Tais avanços não se restringem apenas às práticas pedagógicas cotidianas, mas também se refletem nos documentos institucionais que orientam e fundamentam o trabalho escolar, evidenciando um compromisso crescente com a construção de uma educação antirracista.

Nesse contexto, destaca-se a importância dos órgãos, núcleos e instâncias institucionais responsáveis pela elaboração de diretrizes e documentos voltados à promoção da equidade racial. Esses espaços têm desempenhado papel fundamental tanto na formulação de políticas públicas quanto na formação continuada de educadores, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas e conscientes. A articulação entre esses documentos e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola reforça a intencionalidade educativa no combate às desigualdades raciais.

Outro aspecto relevante observado refere-se à valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. A utilização de recursos como literatura, contos, músicas, instrumentos e brincadeiras de matriz africana demonstra-se uma estratégia potente para o reconhecimento e a valorização das identidades negras. Essas práticas contribuem não apenas para o enriquecimento do currículo, mas também para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes, especialmente daqueles historicamente marginalizados. Ao promover a representatividade e o respeito à diversidade cultural, a escola cumpre um papel essencial na formação de sujeitos críticos e conscientes.

Entretanto, apesar dos avanços identificados, a questão racial ainda se configura como um desafio significativo no contexto educacional e social brasileiro. Mesmo com a existência de legislações que criminalizam o racismo, como a Lei nº 7.716/1989, práticas discriminatórias continuam presentes no cotidiano escolar e na sociedade de modo geral. Esse cenário evidencia que a superação do racismo exige não apenas a aplicação de normas legais, mas também uma mudança estrutural e cultural mais ampla. Além disso, as desigualdades sociais entre pessoas brancas e negras, historicamente construídas desde o período pós-abolição, ainda se manifestam de forma expressiva. Embora políticas públicas voltadas à promoção da equidade e à reparação histórica tenham sido implementadas, seus efeitos ainda não foram suficientes para eliminar as disparidades existentes. Dessa forma, torna-se imprescindível que a escola assuma um papel ativo na problematização dessas questões, promovendo reflexões críticas e ações concretas que contribuam para a transformação social.

A implementação do Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na educação representa um avanço importante nesse processo. Esse documento oferece maior clareza e objetividade quanto às ações a serem adotadas diante de situações discriminatórias, contribuindo para a padronização dos procedimentos e para o fortalecimento da atuação dos profissionais da educação. O trabalho de divulgação e estudo do fluxograma pelas equipes escolares mostra-se essencial para garantir que todos os envolvidos compreendam suas responsabilidades e saibam como agir de forma adequada.

Cabe ressaltar que, anteriormente, muitos educadores, ao se depararem com situações de racismo, tendiam a minimizá-las ou a não intervir de maneira efetiva, o que acabava por reforçar a invisibilidade dessas práticas. Com a introdução do protocolo e sua socialização no ambiente escolar, observa-se uma mudança nesse cenário, na medida em que professores e demais profissionais passam a dispor de orientações mais claras e seguras para lidar com essas ocorrências. Além disso, o acesso dos estudantes ao documento contribui para a conscientização sobre seus direitos e para o fortalecimento de uma cultura de respeito e denúncia.

Por fim, evidencia-se que a consolidação de uma educação antirracista depende, fundamentalmente, do investimento contínuo na formação dos educadores. É imprescindível que os profissionais da educação estejam em constante processo de reflexão e ressignificação de suas práticas, a fim de evitar a reprodução de discursos e atitudes discriminatórias, muitas vezes naturalizadas no cotidiano. A formação continuada, aliada ao compromisso ético e político dos educadores, constitui um elemento central para a promoção de uma educação pautada na equidade, na justiça social e no respeito à diversidade.

Dessa maneira, conclui-se que, embora avanços importantes tenham sido alcançados, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação humana, tem o potencial de atuar como agente transfor-

mador, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos. Para isso, é necessário que as ações antirracistas sejam permanentes, intencionais e coletivas, envolvendo toda a comunidade escolar em um movimento contínuo de mudança e conscientização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Currículo da Cidade: educação antirracista. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, [s.d.].

EMEF HENRIQUE FELIPE DA COSTA. Projeto político-pedagógico. São Paulo: [s.n.], [s.d.].

FERREIRA, Erica; MORAIS, Ana Erica; MARTINS, Ana Carolina; PEREIRA, Amanda. Título do trabalho: A cultura afrodescendente dentro das escolas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UNIP. SP. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Racismo no Brasil: origens, causas e racismo estrutural. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

MUNANGA, Kabengele. Racismo: esta luta é de todos. Revista Construir Notícias, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.construirnoticias.com.br. Acesso em: 9 abr. 2026.

PAULO, R. B.; CASTANHA, R. G.; CASARIN, H. C. S. Racismo e preconceito nas redes sociais digitais: pesquisa com estudantes do ensino médio. In: Portfólio Encontro Bibi. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. Racismo no Brasil. Brasil Escola. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/racismo-no-brasil.htm>. Acesso em: 9 abr. 2026.

TERRA. Racismo religioso: entenda o que é e como denunciar. Disponível em: https://www.terra.com.br. Acesso em: 10 abr. 2026.

G1. Manifestações do racismo nas escolas. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em: 10 abr. 2026.